

“A luta pela educação pública tem de estar inscrita nas lutas contra o capitalismo dependente!”



Roberto Leher é doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e coordenador do Observatório Social da América Latina – Brasil/Clacso e do Projeto Outro Brasil (Fundação Rosa Luxemburgo). Nesta entrevista, contextualiza as mazelas da Educação no Brasil como parte de um modelo histórico de dependência econômica.

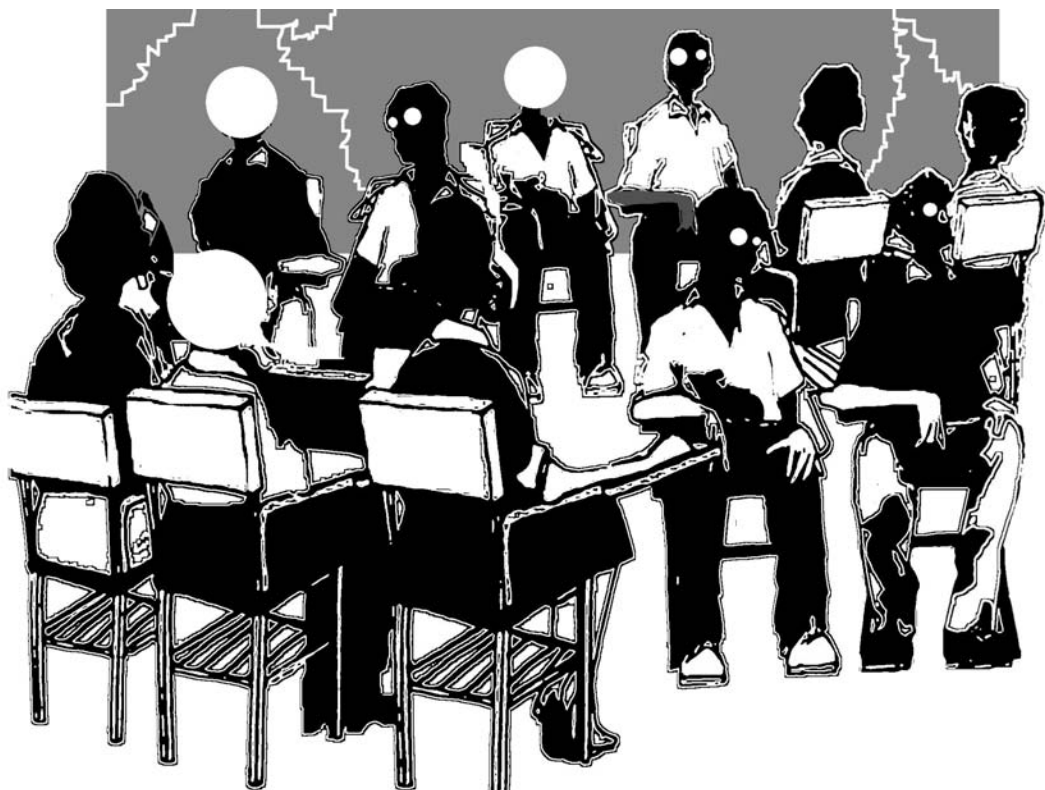
P: A educação no Brasil é, formalmente, a prioridade maior do país – ao menos nas opiniões e discursos dos políticos e líderes empresariais das mais variadas e diferentes correntes. Ao mesmo tempo, em nossa história, não nos faltam pensadores importantes, como Paulo Freire, Anísio Teixeira ou Florestan Fernandes. Em sua opinião, por que razão a teoria nunca alcança a prática?

R: Desde as primeiras décadas do Século XX os educadores engajados na causa da educação pública universal conclamaram medidas efetivas para que o Estado incorporasse, de fato, a educação como prioridade. De algum modo, isso se confirmou nas constituições e, particularmente, na Carta de 1988. Mas como denunciou Anísio Teixeira, entre o real e o proclamado a distância é oceânica. A educação pública universal e com um padrão unitário de qualidade vai contra os fundamentos do padrão de acumulação do ca-

pital vigente no país, teorizado por Florestan como capitalismo dependente. Por isso, o mesmo Florestan defendeu que a causa da educação popular não poderia estar limitada aos educadores, pois é parte da luta social

mais ampla. Somente alterando em profundidade o padrão de acumulação teríamos uma escola unitária. Em outros países, particularmente na Europa, nos EUA e alguns do Leste Asiático, frações burguesas locais necessi-

taram de uma escola com perfil universal, no contexto de revoluções burguesas. Entretanto essa experiência histórica não aconteceu no Brasil em virtude da condição capitalista dependente. Atualmente, contudo, em virtu-



de da fragilidade da luta popular em prol da defesa da educação pública, as entidades empresariais reunidas no movimento Compromisso Todos pela Educação vêm buscando conformar toda a educação básica aos seus objetivos políticos (“governabilidade”) e econômicos – difundindo um ethos adequado ao trabalho “flexível” e desregulamentado. Assim, estamos diante de uma falsa universalização que, no fundamental, mantém o *apartheid* educacional no país.

P: Em que medida a crise do ensino atual se vincula à inadequação dos currículos frente a uma realidade em rápida transformação nas mais diferentes dimensões? Há quem defenda que o currículo do ensino médio, por exemplo, se flexibilize, retirando-se a obrigatoriedade de algumas disciplinas e permitindo a livre escolha de matérias pelos alunos.

R: Os setores empresariais indicados acima estão decididos a ajustar a educação aos seus objetivos de classe. A flexibilização curricular é parte da substituição da função social da educação em prover a juventude com conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais, artísticos e histórico-sociais pelas chamadas competências. Desse modo, como os governos Federal, estaduais e grande parte dos municipais incorporaram a referida agenda empresarial, a escola pública vem perdendo seu foco com óbvios prejuízos para os professores e estudantes.

P: O advento do digital, sobretudo da Internet, mudou a propagação do conhecimento no nosso planeta. As escolas públicas Brasil afora acompanharam estas mudanças? Que papel a internet, uma ferramenta

poderosa de pesquisa e uma janela para o mundo, pode exercer no ensino no Brasil?

R: Como bem apresentado na pergunta, a internet é uma ferramenta importante de busca de informação e por isso pode contribuir para a educação. Tenho pleno acordo com isso. Mas **a apropriação do material disponível na rede web depende do acervo de conhecimentos por parte dos estudantes, em especial da capacidade de leitura, de interpretação e de conceitos indispensáveis para as pesquisas. O fator determinante para um bom uso da internet é a boa escolarização e não o contrário.** No Brasil, o uso da internet é muito desigual conforme as regiões. Enquanto no Sul perto da metade das escolas têm acesso a rede, nas escolas do Nordeste e do Norte apenas pouco mais de 15% das escolas têm acesso à internet. O fato de existir uma sala com acesso à internet não

significa, contudo, que todas as crianças e jovens possam fazer uso sistemático da mesma. Muitas vezes o uso se resume a 5 ou 6 vezes ao ano, ou seja, praticamente nada. Cabe destacar que a existência da internet no Brasil foi possível devido a grandes gastos públicos, mas a maioria dos jovens e crianças das classes populares não podem fazer um uso sistemático e com fins educacionais da ferramenta.

P: No caso brasileiro, como você avalia a relação do modelo econômico em curso - de afirmação do país como uma economia periférica, de orientação liberal e sob hegemonia do capital financeiro - com a política educacional?

R: Como argumentei anteriormente, um país capitalista dependente é um país marcado pela heteronomia cultural. Se a base produtiva fosse constituída de complexas cadeias produtivas e se o peso das *commodities* não fosse tão avassalador, o quadro seria

outro, como nos mostra o exemplo do Leste Asiático. Esse perfil econômico é congruente com a hegemonia do capital portador de juros, pois, para alimentar a voracidade dessa fração do capital por juros, é preciso ajustar a economia a essa especialização regressiva da economia. Sem as exportações de *commodities*, o padrão de acumulação atual seria inviável.

P: Quem de fato elabora a política educacional do país? Pedagogos, Ministério da Educação, universidades, organismos internacionais?

R: A rigor, quem opera as políticas educacionais são os governos, mas o fazem nos marcos das orientações dos organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial e da OCDE. A maior parte das contribuições das universidades é apologética a essa lógica. O MEC obtém o consentimento e o apoio de significativos setores acadêmicos por meio de financiamentos que permitem o gotejamento de recursos para seus grupos de pesquisa e por alguma complementação salarial. Desse modo, não creio que atualmente a universidade seja um espaço que exerce uma função estratégica para pensar a educação pública necessária para enfrentar o *apartheid* educacional que fraciona a sociedade brasileira. Poucos docentes mantêm uma posição de autonomia intelectual diante do pensamento educacional estabelecido e, por isso, os empresários podem difundir sua agenda sem grandes críticas das universidades.

P: No tocante às estatísticas, o Brasil aumentou bastante o percentual de matriculados no ensino básico (fundamental e médio), nos governos de FHC. Contudo, em relação à qualidade do ensino, a precariedade e



insuficiência são marcas indiscutíveis da maior parte das escolas. Agora, nos governos de Lula, algo semelhante parece ocorrer no nível superior, com os efeitos do Prouni – na área privada – e do Reuni, nas escolas federais. Você vê alguma semelhança entre esses dois diferentes movimentos desses governos? Como garantir a expansão quantitativa das vagas, e assegurar a melhoria qualitativa do ensino? O Reuni expandiu o número de matrículas nas universidades, abriu concursos para a contratação de novos professores, levou o ensino público superior para o interior do país. Qual foi a fonte de financiamento desse processo? Houve elevação dos recursos em termos absolutos ou remanejamento de verbas? Em termos de investimento por aluno, qual é hoje a situação?

R: A melhoria dos indicadores educacionais no Brasil não difere da melhoria verificada nos demais países latinoamericanos. É uma expansão para menos. Temos mais alunos matriculados, mas isso não significa que o conhecimento esteja sendo socializado. Longe disso. A opção de Cardoso pela educação superior privada é tímida se comparada a de Lula da Silva. O Prouni é um extraordinário programa de subsídio público para os negócios privados. Atualmente, apenas pouco mais da metade das vagas anunciadas pelo Prouni são efetivamente ocupadas. Por isso, o custo-aluno/ano do referido programa é perto do dobro da mensalidade efetivamente paga pelos estudantes matriculados nas privadas e que não fazem parte do programa. Ademais, a qualidade desses cursos, em sua esmagadora maioria, é por demais medíocre. É uma fábrica de ilusões. O Reuni pretende reestruturar, nos moldes das reestrutu-

rações produtivas das empresas nos anos 1990, as universidades federais. A idéia é reduzir o custo aluno ano à metade. Com isso, as universidades federais seguirão ampliando as matrículas (como vem ocorrendo quase que na mesma intensidade desde o governo Cardoso), mas sem poder garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. É uma expansão inscrita nos marcos do processo de Bolonha. No horizonte, a ideia é encolher a graduação de modo a formar trabalhadores para um mercado de trabalho desregulado e flexível, ou seja, precário. A ordem de grandeza dos recursos disponibilizados pelo Programa é muito baixa, algo como 10% a 15% em valores constantes em relação a 2006, mas a expansão será superior a 50%. Desse modo, quando as universidades federais alcançarem as metas acordadas com o MEC, poderão entrar em colapso, visto que estarão, grosso modo, com recursos pouco superiores a 1995, mas, comparado a este ano, com mais do dobro dos estudantes. **O número de concursos aumentou, o que é muito positivo, mas os concursos se dão em um patamar muito aquém da taxa de expansão. E isso está no cerne do Reuni. O programa condiciona o repasse de verbas para as universidades federais à equiparação da relação professor-aluno nessas instituições conforme aquelas existentes nas piores instituições privadas-mercantis.**

P: E em relação ao Fundeb, qual é a realidade do seu financiamento?

R: O problema fundamental do Fundeb, a exemplo do Fundef, é a reduzida participação

da União. A meta é que a esfera federal entre com algo como 9% do fundo. O Fundeb não representou aumento dos recursos financeiros para assegurar um custo aluno que assegurasse real qualidade da educação. Ao contrário. O número de estudantes atendidos pelo fundo passou de 30 milhões para 47 milhões, portanto, um aumento de 56,6%. Em contrapartida, o montante do fundo passou de 35,2 bilhões para 48 bilhões, o que significa um acréscimo de apenas 36,3%.

P: Já tivemos políticos propondo que escolas públicas viessem a ser adotadas por empresas. Como você avalia esse tipo de proposta?

R: Um completo abandono do projeto de nação em que caibam todos os povos. Esse é um dos objetivos estratégicos do Compromisso Todos pela Educação. O Itaú Cultural, um dos pilares do referido movimento, defende o modelo estadunidense – vigorosamente criticado pelos educadores – das escolas charter. O que preocupa é que o MEC e, portanto, o governo Lula da Silva, reivindica para si a agenda desse movimento. Os objetivos de classe dos setores dominantes que operam no Brasil são incompatíveis com a defesa da escola unitária. Assim, o deslocamento das escolas para a esfera empresarial seria a completa subordinação da escola pública aos propósitos particularistas dos setores dominantes. Essa é uma ameaça real e concreta nos dias de hoje!

P: E a idéia da federalização do ensino básico, com a criação de uma carreira nacional do magistério, com salários compatíveis aos docentes das universidades?

R: Isso é parte da luta pela escola unitária. Nunca tivemos

um sistema nacional de educação no Brasil. O objetivo do movimento Compromisso Todos pela Educação é justo o oposto: é transformar cada escola em uma ilha cercada de prepostos empresariais de todos os lados. Para que a escola tenha um padrão unitário de qualidade é preciso carreira nacional com piso salarial digno e com tempo integral. É imprescindível que a escola pense criticamente o trabalho humano que deveria ser uma forma de humanização e não de coisificação dos seres humanos, tal como é no capitalismo.

P: Você acredita que em algum momento do nosso futuro poderemos vir a ter escolas em regime de turno integral, ótima qualidade de ensino, professores bem remunerados e com dedicação exclusiva a uma única escola?

R: Sim, essa é uma das minhas maiores motivações como professor da Faculdade de Educação. Mas nós, educadores, precisamos considerar seriamente o alerta de Florestan: é preciso um novo ponto de partida para as lutas educacionais, ampliando o arco de forças para lutar pela escola unitária. É imprescindível tornar a luta pela escola pública em uma luta de todos os que vivem do próprio trabalho e são explorados. Sem esse protagonismo, pouco avançaremos. As trincheiras dentro das escolas, nos sindicatos e na academia são imprescindíveis e fundamentais, mas precisamos voltar a pensar na estratégia. Neste âmbito, a luta pela educação pública tem de estar inscrita nas lutas contra o capitalismo dependente! ☺

A Tragédia do Ensino Público no Rio de Janeiro

“Professora durante 32 anos da rede estadual de ensino, sempre tive esperança de que houvesse um resgate do ensino em nossas escolas. Aposentei-me em 2008, com um gosto amargo de fracasso, pois o descaso de cada governo, mascarado pelo marketing que ilude a opinião pública, impede que o aluno da rede estadual apresente as competências devidas. Constatar o fracasso do resultado do Ideb no Estado do Rio não é surpresa, mas causa revolta e dor, principalmente porque a solução pode ser trabalhosa, mas perfeitamente possível.” – Maria de Lourdes Gomes W. Julianelli, Coluna dos Leitores, Jornal O Globo, 18/07/2010.

■ Ana Waleska P. C. Mendonça*

Esse depoimento emocionado de uma professora aposentada da rede estadual será o nosso ponto de partida para uma breve análise da situação do ensino público no Estado do Rio de Janeiro, cujo estado calamitoso acaba de ser evidenciado com os resultados das recentes avaliações do MEC.

Vou centrar-me no ensino médio, já que, embora a situação do ensino fundamental não seja também das melhores, na cidade do Rio de Janeiro, ele está afeto à Prefeitura, desde a fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio, e foi exatamente o ensino médio que obteve os piores índices no Ideb. Esse resultado é particularmente perverso, quando se pretende ampliar o acesso a esse nível de ensino, crescentemente percebido como parte integrante da educação básica de qualquer cidadão.

A educação no estado do Rio de Janeiro sofre o efeito cumulativo de sucessivos governos que efetivamente não priorizaram essa questão, muito menos o ensino médio. Se se



pode apontar a descontinuidade das políticas públicas (bastaria lembrar a polêmica em torno da aprovação automática) como um dos problemas que afetam o ensino fundamental, com relação ao ensino médio, o que se observa é uma ausência absoluta de políticas. O que se pretende com ele, para além de possibilitar o ingresso no ensino superior? Essa discussão está absolutamente ausente da pauta pública. E seria preciso começar por ela.

Essa omissão do estado se reflete, por exemplo, na indiferença com algo que seria absolutamente inadmissível em qualquer outro lugar do mundo: a falta de professores. Criou-se um artifício que permite lançar no histórico do aluno uma sigla “SP” (sem professor), que lhe permite ser promovido sem que sequer tenha cursado, ao longo

de todas as séries do curso, as disciplinas obrigatórias do currículo (ou que tenha cumprido a carga horária obrigatória das respectivas disciplinas). Não há professores de física, química, matemática, geografia em número suficiente para atender às demandas do sistema. O que se faz? Não se realizam concursos, não se buscam estratégias alternativas. Nem mesmo na cidade do Rio de Janeiro, que concentra um número significativo de instituições de ensino superior públicas (inclusive uma universidade estadual), que formam professores, e que se poderiam comprometer de forma mais incisiva na melhoria da educação básica. As poucas e pontuais iniciativas nessa direção partem, em geral, das próprias universidades e, algumas vezes, esbarram nas dificuldades criadas pela burocracia estatal.

As origens desse quadro assustador vêm de mais longe. Os cursos de licenciatura, especialmente em determinadas áreas, deixaram de ser atrativos e o número de professores que se formam é absolutamente insuficiente para atender à demanda. Na origem dessa crise está o desprestígio da profissão, face, entre outras coisas, aos baixíssimos salários. Um professor de ensino médio no estado, do qual se exige um curso de nível superior, ganha em início de carreira cerca de 740 reais por 16 horas de trabalho. No cômputo dessa carga horária, há uma outra distorção. Continua-se a contar o tempo de trabalho do professor pelas horas em sala de aula, quando se sabe que, para dar uma (boa) hora de aula, o professor gasta ao menos mais uma, preparando-a. Sem contar o tempo que

investe na avaliação dos alunos e na sua própria formação, cada vez mais exigida, face à própria rapidez com que evolui hoje o conhecimento.

Toma-se normalmente como parâmetro do ensino público, para criticá-lo, as escolas particulares, mas me parece mais significativo tomar como referência o núcleo de excelência do ensino público nesse nível de ensino, que existe: as escolas federais (colégios de aplicação, o Pedro II, as escolas técnicas).

Para além dos salários, do ponto de vista de sua organização, o que as diferencia? Tais escolas têm um quadro permanente de professores, que se vinculam àquela instituição específica. Oferecem condições para um trabalho mais coletivo dos professores: possuem um quadro técnico-pedagógico de apoio, alocam tempos e espaços para que os professores trabalhem em conjunto. Estimulam a melhoria da qualificação dos professores, inclusive com recompensas salariais, possuem uma carreira docente. Esse é, aliás, o modelo de organização das boas (já que também esse universo é bastante heterogêneo) escolas particulares.

O que aflige, é isso: já se sabe o que dá certo. Em que direção, entretanto, vão as iniciativas pontuais do estado

(pontuais, porque, a meu ver, não configuram sequer uma política)? Culpabiliza-se o professor (ele é mal formado e pouco comprometido); coloca-se um computador em mãos de cada um deles e investe-se em material programado (voltamos à era das “sebentas”, só que dotadas de alta sofisticação tecnológica), como se fosse possível substituí-lo nessa função absolutamente insubstituível de mediar o conhecimento que viabiliza, inclusive, a utilização inteligente dos próprios recursos tecnológicos.

Salário, qualificação, condições de trabalho: esse o tripé que deveria orientar as políticas, cujo foco, necessariamente, deveria ser o professor.

Não podendo fugir ao vício de historiadora, gostaria de trazer aqui, para concluir esse breve texto, as palavras do educador Anísio Teixeira, em artigo publicado no número 114



da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de abril/junho de 1969 (já lá se vão mais de 40 anos). Nesse artigo, intitulado *Escolas de Educação*, Anísio começava por afirmar que **a necessidade nacional de preparo do magistério é de grande escala e de imensa urgência, ante o crescimento vertiginoso e avassalante do sistema escolar em todos os seus níveis (p. 240). E continuava:**

“Essa conjuntura, que é a de fazer o difícil e fazê-lo em grande escala e depressa, obriga-nos a planejar a formação do magistério no Brasil em termos equivalentes aos de uma campanha para formação de um exército destinado a uma guerra já em curso. Isso deve forçar-nos à mobilização de todo o sistema escolar para o ataque ao problema da formação de um magistério em ação, associando seu treinamento à prática mesma do ensino (idem, ibidem).”

Fazer o difícil e fazê-lo em grande escala: o desafio perma-

nece. Só que, passados mais de 40 anos, a urgência é ainda mais premente e os resultados, em educação, só se fazem sentir a médio prazo.

Para finalizar, de fato, mais duas considerações do *mes-*tre Anísio. Em primeiro lugar, o educador reconhecia, desde os anos de 1930, que uma educação pública de qualidade é cara, é custosa. Mas, considerando a escola pública como instituição fundamental de uma sociedade que se pretende democrática, ressaltava que a melhoria da sua qualidade configurava uma *obra social e política* (urgente!) e não um mero *luxo de pedagogia*.

Em segundo lugar, para Anísio, as ações, nesse campo, precisam ser cuidadosamente planejadas e gradativamente implantadas. O que supõe transformar as políticas educativas em políticas de Estado mais que de governo, de maneira a deixá-las a salvo das frequentes mudanças institucionais e garantir, dessa forma, a sua continuidade no tempo. E para isso é necessário, sem dúvida, comprometer não só os governos, mas mobilizar toda a sociedade em torno do processo de uma verdadeira *reconstrução* da educação pública. ☑

* Ana Waleska P. C. Mendonça é professora do Departamento de Educação da PUC-Rio

